----------**ACTA Nº. 7**----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 30 DE DEZEMBRO DE 2010: Aos trinta dias do mês Dezembro do ano dois mil e dez, reuniu pelas vinte horas, em sessão ordinária, no Auditório da Escola Profissional Vasconcelos Lebre, na Mealhada, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo 1º Secretário, o Senhor António Ferreira Ribeiro, pelo 2º Secretário, a Senhora Maria de Lurdes de Jesus Cardoso Bastos e pelo membro convidado, o Senhor Luís Filipe Tovim Ferreira, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

1) Votação da Acta da Sessão de 30/06/2010; ----------

2) Votação da Acta da Sessão de 30/09/2010; ----------

3) Informação do Presidente da Câmara, nos termos da alínea e) do nº. 1 do art.º 53º. da Lei nº. 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei nº. 5-A/2002, de 11 de Janeiro; ----------

4) Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal da urbanização e da Edificação; ----------

5) Revisão Orçamental Nº 2; ----------

6) Orçamento e Opções de Plano para 2011; ----------

7) Mapa de Pessoal para 2011; ----------

8) Delegação de Competências nas Freguesias para 2011; ----------

9) Imposto Municipal sobre Imóveis; ----------

a) Alteração do Zonamento (Coeficientes de Localização) no Concelho de Mealhada, promovido pela Portaria 1119/2009, de 30 de Setembro; ----------

b) Divulgação pública das alterações promovidas pelo diploma legal supra mencionado; ----------

Presidiu esta sessão ordinária da Assembleia Municipal o Senhor António Ferreira Ribeiro, por ausência do Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, Presidente efectivo da Mesa desta Assembleia. O 1º Secretário procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal, verificando-se que faltou com justificação o Senhor José Miguel da Rosa Felgueiras, o qual foi substituído pelo Senhor Artur Manuel Cerveira dos Santos Dinis. Faltou também com justificação a Senhora Inês Alexandra Gomes Várzeas, a qual foi substituída pelo Senhor Manuel Jacinto Gaspar da Silva. ----------

O Senhor Presidente da Mesa informou que foi detectado um erro, pelo Senhor Luís Brandão, no Regimento que foi distribuído aos membros desta Assembleia e referiu que a respectiva folha corrigida (páginas 28 e 29) foi distribuída a todos os membros para que pudesse ser substituída. Referiu também que a restante documentação entregue para tomada de conhecimento foi uma carta do CESP, um e-mail da ANMP, uma exposição do Senhor José Veiga, os custos de todas as publicações da Assembleia Municipal e uma adenda ao Ponto 3 da Ordem de Trabalhos, correspondente à informação judicial pendente deste Município. ----------

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO. ----------

O Senhor Presidente da Mesa deu por iniciada a sessão expondo que, à luz do novo Regimento, todos os interessados em intervir neste período teriam que preencher uma ficha de inscrição, disponível na Mesa da Assembleia e na página da Assembleia Municipal, no site da Câmara Municipal. Informou que o Senhor José Veiga se inscreveu neste período para intervir sobre os assuntos, falta de resposta às cartas enviadas ao Senhor Presidente da Assembleia, falta

de democracia nas Reuniões de Câmara e emprego na Fundação Mata do Buçaco. ----------

- Tomou a palavra o Senhor José Veiga para expor, em primeiro lugar, que já enviou cinco cartas ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, desde o início deste mandato, às quais não obteve qualquer resposta. Lamentou ainda o facto do mesmo não se encontrar presente nesta reunião. Referiu que uma dessas cartas é referente a um acto de injúrias de que foi alvo, numa reunião de Câmara Municipal, a qual não ficou registada em acta e que ocorreu na presença dos Senhores Vereadores José Calhoa, Arminda Martins, Júlio Penetra e Filomena Pinheiro. Em segundo lugar, mencionou também que existe falta de democracia nas sessões públicas da Câmara Municipal. Referiu que se podia comprovar na última acta que o Senhor Presidente não permitiu que o interveniente lesse uma carta, ao contrário do que já aconteceu nomeadamente com a Senhora Maria Conceição Celas, que encabeçou uma manifestação que foi lida e registada em acta. A terceira questão é referente ao emprego no Município, particularmente na Fundação Mata do Buçaco, da qual a Câmara Municipal é um dos principais fundadores. Neste sentido, questionou quais as funções exercidas pela nora do Senhor Presidente da Câmara nessa Fundação e qual foi a sua forma de admissão. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que não se pode pronunciar quanto às cartas enviadas pelo Senhor José Veiga ao Senhor Presidente da Assembleia, uma vez que não são do seu conhecimento. Quanto às Reuniões de Câmara, referiu que o local devido para fazer qualquer tipo de reclamação é nessas mesmas reuniões e não na Assembleia Municipal. Quanto à última questão, referiu que ela extravasa o domínio desta Assembleia, tendo passado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, a qual prontamente dispensou. Não havendo mais inscrições, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao período antes da ordem do dia. ----------

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA. ----------

Antes de dar a palavra aos respectivos membros, o Senhor Presidente da Mesa lembrou que na última sessão da Assembleia Municipal foi aprovada por maioria, a proposta da CDU intitulada "*Organização e promoção de um debate público sobre a importância do ramal ferroviário Pampilhosa/Figueira da Foz*". Neste sentido, solicitou que fosse nomeado um membro de cada grupo partidário com assento nesta Assembleia, até ao dia 7 de Janeiro de 2011, para que seja constituído um grupo de trabalho. De seguida, perguntou se alguém queria intervir neste período. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para referir que a sugestão para a nomeação de um Presidente de Junta para o Conselho Municipal da Educação foi ignorada. Não obstante de o ter feito na última sessão da Assembleia Municipal, referiu que também o fez por e-mail. Assim, sugeriu que este assunto fosse agendado para a próxima sessão da Assembleia Municipal, em Fevereiro, o qual, na sua opinião, já deveria ter sido agendado há um ano atrás. De seguida, apresentou uma proposta de recomendação ao Executivo Camarário, a qual leu e a seguir se transcreve: ----------

RECOMENDAÇÃO

Não ao desperdício alimentar

Sim ao aproveitamento das sobras

O aumento das despesas e encargos financeiros, a diminuição dos salários e o aumento do custo de vida têm dificultado e irá lesar, cada vez mais, a vida de

muitos Portugueses e, claro, dos Mealhadenses. Assiste-se hoje a um crescimento da pobreza, muita dela escondida, mostrando a realidade daqueles que são já denominados como os "novos pobres". ----------

No passado recente, esta crise afectava em especial os estavam na situação de desemprego, agora estende-se a muitas outras famílias, devido à diminuição do poder de compra, o que dificulta o acesso a bens de primeira necessidade. E, infelizmente, esta realidade tende a agravar-se. ----------

António Costa Pereira, promotor da Petição "Desperdício alimentar", refere que entre 35 a 50 mil refeições provenientes de serviços de catering são, diariamente, colocadas no lixo. Acrescenta que estes números não incluem os desperdícios alimentares dos restaurantes e das refeições confeccionadas nos supermercados. ----------

É motivação do referido cidadão e de dezenas de milhar de portugueses, que já assinaram a petição, ***reduzir o desperdício de alimentos da restauração e cantinas, através do aproveitamento as sobras, de modo a serem distribuídas pelos mais necessitados.*** ----------

Refira-se que esta iniciativa já conta com o apoio da ARESP (Associação da Hotelaria, Restauração e Similares), da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da ASAE (Autoridade da Segurança Alimentar e Económica), e visa fomentar a criação de programas de ***âmbito local*** *que sejam executados pelas autarquias para encontrar soluções contra o "desperdício alimentar".* ------

Consideramos que, a Assembleia Municipal de Mealhada não pode ficar alheada da sua obrigação de recomendar ao executivo que tome medidas que ajudem as famílias do Concelho a superar os actuais e futuros tempos difíceis. Assim, solicitamos à Câmara que, enquanto órgão executivo, estabeleça as "pontes" necessárias para concertar esforços entre várias instituições, quer sejam privadas ou públicas, de modo a que possamos chegar, efectivamente, a todas as famílias desprotegidas. ----------

O Município deve apresentar medidas concretas que facilitem a aplicabilidade de iniciativas como esta, vindas da sociedade civil, que visam ajudar as famílias mais carenciadas. ----------

Estamos perante uma realidade e uma necessidade séria à qual não podemos ficar indiferente. É necessário agir e agir rápida atempadamente. ----------

Acreditamos que várias empresas (da área de restauração e outras), no âmbito do mecenato e da responsabilidade social, as Escolas, as IPPS's, as Paróquias e o Voluntariado vão ajudar ao desenvolvimento de programas contra o desperdício alimentar e consequentemente no reaproveitamento em prol dos mais carenciados. ----------

Assim, porque a Assembleia Municipal de Mealhada não pode ficar indiferente à defesa dos mais necessitados e ao aumento da fome e pobreza no Concelho, o Grupo Municipal do PSD propõe à Assembleia Municipal que recomende à Câmara Municipal que seja um parceiro activo neste combate ao desperdício alimentar, para tal: ----------

1. Promova, no âmbito da Rede Social ou para além desta, o encontro e a articulação de várias entidades, tais como: Juntas de Freguesia, IPSS's, Paróquias, Escolas, ACIM, ASAE, Associações locais, Grupos de Acção Sócio-Caritativa, entre outros, não excluindo as empresas privadas, no sentido da concertação de esforços no combate ao desperdício alimentar e à criação de sinergias destinadas à criação associativa e/ou empresarial de programas locais de combate ao desperdício alimentar; ----------

2. Dentro dos exigidos princípios de confidencialidade, disponibilizar informação sobre as reais necessidades sociais e alimentares das famílias carenciadas, em articulação com as Juntas de freguesia, as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS's), os Grupos de Acção Sócio-Caritativa e as Paróquias, a todos os parceiros desses programas de combate ao desperdício alimentar; ----------

3. Auxilie, quer nas condições estruturais, quer na procura dos meios, locais e equipamentos, os parceiros desses programas, contribuindo para que estas refeições possam chegar perto de quem necessita, em estreita colaboração com as entidades competentes, em particular com a ASAE. ----------

Mealhada, 30 de Dezembro de 2010 ----------

Pelos elementos do PSD, ----------

Luís Brandão ----------

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para referir que a Câmara estaria mal se só agora começasse a pensar neste assunto, dando assim a sensação de que seria uma Câmara Municipal desatenta. Neste sentido, referiu que a Câmara promove algo mais importante, onde faz chegar cabazes a casa de algumas famílias carenciadas, com alguns alimentos prontos a ser confeccionados, e algumas peças de vestuário. Reforçou também que gosta de ouvir este tipo de retórica, mas a verdade é que estas medidas não se aplicam ao Concelho de Mealhada. Mencionou ainda que ouviu o Senhor António Costa Pereira na televisão e concordou com o que por ele foi dito, quanto ao facto de haver hotéis e restaurantes em Lisboa que deitavam comida para o lixo porque achavam que a ASAE os obrigava a deitar comida para o lixo. E as diligências que ele tomou, foram no sentido de ir aos hotéis e restaurantes de Lisboa e aproveitar a comida não adquirida, embala-la e distribuí-la pelas pessoas carenciadas de Lisboa, o que está já a ser feito há cerca de dois meses. No Concelho de Mealhada, a Câmara tem chegado a várias famílias sinalizadas, em colaboração com vários grupos informais e muitas pessoas voluntárias, e felizmente não existem pessoas sem-abrigo. Assim, subscreve teoricamente a intervenção do Senhor Luís Brandão, mas que, na sua opinião, não tem aplicação neste Concelho. ----------

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que a Loja Roda Vida está agora a angariar alimentos, o que já é feito por alguns grupos informais. Por conhecer esta realidade de perto, expôs que esta medida não chega, uma vez que o grosso acontece no Natal e na Páscoa e que o Banco Alimentar não é suficiente. Daí acreditar que as sobras das cantinas de empresas, cantinas de escolas e restaurantes poderiam ajudar muitas pessoas com a movimentação das IPSS's e utilização das suas estruturas já organizadas, por parte da Câmara Municipal, para dar melhores respostas à população carenciada. -------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção. Não foram contabilizados os votos dos Senhores António Mano Soares, Fernando Manuel Silva Melo e Pedro Nuno Figueiredo Duarte por não se encontrarem presentes, no momento da votação. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para mencionar que representou esta Assembleia Municipal na reunião do ACES III – Baixo Mondego, que ocorreu em Cantanhede, no dia 21 de Dezembro de 2010. Referiu que foi uma reunião atípica, uma vez que o Senhor Presidente, Dr. Afonso Abrantes, não esteve presente na mesma por motivo de doença. Referiu também que este Conselho da Comunidade ainda não está totalmente constituído, pois existem

instituições que ainda não indicaram os seus representantes naquele órgão. Assim, e uma vez que aquele órgão não tem regimento, a sessão limitou-se apenas a um período de informações dadas pelo Senhor Director Executivo, Dr. Carlos Horta. Mencionou ainda que foram tratados assuntos de mera actividade anual, única e exclusivamente informativa, dando conta do funcionamento dos Centros de Saúde da região e nada mais de relevante para ser exposto a esta Assembleia. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para referir que tinha programado falar sobre a questão do debate sobre o ramal ferroviário Pampilhosa/Figueira da Foz, proposta de debate que foi aprovada na reunião de Setembro. No entanto, uma vez que este assunto já foi abordado pelo Senhor Presidente da Mesa, no início desta sessão, não se pronunciará sobre o mesmo. De seguida citou o documento que a seguir se transcreve: ----------

" A CDU reiterou já a sua discordância pelos horários de realização das reuniões da Assembleia Municipal. Entendemos que eles traduzem uma desvalorização deste órgão autárquico, que deveria ser o mais importante fórum de discussão política no Concelho. Ao contrário de algum injustificado espanto que provocaram propostas da CDU, não faltam concelhos vizinhos que não seguem a prática de confinar as reuniões da Assembleia Municipal para o final de um dia de trabalho. Não esquecemos, claro, a recente aprovação do Regimento desta Assembleia. Respeitamos a decisão sobre a qual proferimos na altura, na declaração de voto. Isto não nos impede, no entanto, de voltar a salientar os constrangimentos impostos pelo horário praticado, nomeadamente as limitações, objectivas ou não, que se criam às intervenções dos deputados municipais, às discussões que aqui devem ter lugar e ao exercício cuidado das competências da Assembleia. É isto que resulta, por exemplo, a indicação dada pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, na convocatória da reunião de hoje, de que esta sessão poderá prolongar-se para amanhã à noite, véspera de Ano Novo. Sabemos que a indicação está conforme com o regulamento aprovado em Setembro. Parece-nos, no entanto, que nela se consubstancia numa pressão para que haja contenção ou limitação nas intervenções dos participantes nesta reunião. Ou então, imputará dizer que o Senhor Presidente deve cuidar melhor a forma como conjuga as datas das reuniões e os prazos das decisões a tomar, sob pena de estar, cremos que involuntariamente, a condicionar a possível discussão desta Assembleia." -------

- O Senhor Presidente da Mesa referiu que o assunto sobre o horário das sessões da Assembleia Municipal já foi discutido. Relativamente à convocatória, referiu que a mesma se encontra de acordo com o Regimento. Assim, uma vez que o Regimento foi aprovado por unanimidade, pediu que a convocatória, que está de acordo com o regimento, não fosse colocada em causa. Quanto às intervenções, esclareceu que o período destinado à intervenção do público tem uma duração de 30 minutos, o período antes da ordem do dia tem uma duração de 1 hora e o período da ordem do dia não tem limite de tempo. Existe sim, limitação nos tempos de utilização para não acontecer o que aconteceu na última reunião que presidiu, onde o período antes da ordem do dia durou 2 horas e 15 minutos. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Carlos Pinheiro para fazer uma consideração e duas questões. O interveniente considerou lamentável que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal faça da sua ausência um traço normal nas sessões deste órgão municipal, respeitando, no entanto, todas as suas

actividades profissionais. De seguida, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre qual a razão de a Câmara ter decidido não colocar iluminação de Natal nas artérias comerciais, onde normalmente havia. Dirigindo-se para a Senhora Vice-Presidente, referiu que existe uma situação de duas crianças do Pego, com dificuldades de deslocação. Uma das crianças frequenta o 1º ciclo e o seu transporte é assegurado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia, cujo trabalho é de louvar. A outra criança frequenta a Pré-Escola e tem que ser a mãe a fazer a deslocação entre o Pego e a Vacariça, o que é um bocado difícil em dias de chuva. Assim, gostaria de saber se a Câmara tinha conhecimento desta situação. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que não chega justificar a falta de iluminação de Natal com a contenção de custos. Esta medida funcionou como um sinal dos tempos que correm, em que tem que haver alguma contenção, e inseriu-se no movimento nacional a que muitas Câmaras Municipais também aderiram. Referiu ainda que os 15 mil euros que a Autarquia poupou na iluminação de Natal, foram utilizados para a compra de material destinado à Loja Social. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que está de acordo com a explicação dada pelo Senhor Presidente da Câmara. No entanto, mencionou que cada candeeiro de iluminação pública aceso de dia, representa o consumo de 50 lâmpadas de leds, de iluminação de Natal, o que é muito preocupante. Referiu ainda que existem várias dezenas ou centenas de candeeiros acesos desnecessariamente durante o dia, os quais seriam facilmente identificados a através das facturas detalhadas de cada PT dos circuitos de iluminação pública do Concelho. Assim, a Câmara poderia verificar que, em algumas povoações, existe um enorme consumo de iluminação, por habitante, não só por haver iluminação pública a mais, mas também por haver iluminação pública acesa de dia, o que não deveria existir. Mencionou ainda que compete à Câmara fiscalizar essa iluminação, pois à EDP só interessa vender KWs. -------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Senhor Carlos Pinheiro tem razão, mas mesmo que a Câmara não queira ser cliente da EDP, entre as múltiplas empresas de electricidade, a Câmara tem que ser cliente da EDP. Expôs também que a Câmara tem já há algum tempo uma equipa a controlar os consumos de electricidade da iluminação pública e chegaram à conclusão de que não sabem como são feitos os cálculos dos consumos para debitar à Câmara. Apesar de saber que existe um contador, sabem também que existe uma zona na Pampilhosa que tem a iluminação pública acesa de dia e apagada de noite, há cerca de um mês, e a Câmara nem a chave do PT tem, uma vez que à EDP só interessa vender KWs. Assim, referiu que a Câmara está condenada a pagar e nunca poderia mandar cortar a iluminação pública por questões de segurança. No entanto, expôs ainda que se está a reduzir 50% na iluminação de alguns parques e jardins, cujos pedidos de redução estão a demorar a ser cumpridos pela EDP. ----------

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir, relativamente às crianças do Pego, que a situação foi articulada com o Presidente de Junta da Freguesia. Referiu também que existe uma lei, à qual não podemos fugir, e que não se pode ir buscar todas as crianças a casa de uma forma individual. Por isso, a Câmara teve que articular algumas povoações, embora não tivessem direito ao transporte mas que tinham mais crianças, para que a situação fosse resolvida. Relativamente à criança do Pego que frequenta o 1º Ciclo, referiu

que a sua situação está a ser resolvida. Relativamente à criança que frequenta o ensino Pré-Escolar, referiu que a situação é mais complicada, porque o ensino Pré-Escolar não é um ensino obrigatório e cabe à família resolver esta situação, o que é compreensível. Neste sentido, reforçou que a Autarquia não tem recursos para ir buscar uma criança ao Pego, porque se assim fosse, era obrigada a resolver todas as situações idênticas. Expôs ainda que a situação da criança do 1º Ciclo estaria resolvida, uma vez que existe uma carreira pública, mas por ser ainda muito jovem, o Senhor Presidente da Junta disponibilizou-se a garantir o seu transporte. Relativamente à criança do ensino Pré-Escolar, a mãe poderá utilizar a carreira pública como utente para levar a criança, uma vez que ela serve toda a população do Pego. Assim, é compreensível que a Câmara não tenha recursos para ir buscar apenas uma criança ao Pego, uma vez que está limitada a dois veículos que fazem o transporte para o Centro Educativo e para as AEC. Além do transporte das crianças da sala multi-deficiência para as suas actividades e de todas as crianças com necessidades prementes, que não têm outra solução, uma vez que a maior parte destas crianças tem proveniência de famílias de risco, que não é o caso da criança do Pego. ----------

- Tomou a palavra o Senhor José Rosa para esclarecer que inicialmente fazia o transporte da criança mencionada, do Pego para a escola da Vacariça. No entanto, o mesmo foi interrompido, uma vez que a criança não apareceu sem qualquer justificação por 4 vezes para ser transportada para escola. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Bruno Coimbra para dar a conhecer a iniciativa do Cartão Jovem Municipal, que é uma parceria entre a MoviJovem e a ANMP – Associação Nacional de Municípios Portugueses que, em cenário de crise, estimula o comércio local e apoia os jovens. Referiu ainda que 9 municípios do distrito de Aveiro já aderiram a esta iniciativa e que a nível a nacional já ascende os 80 municípios. Neste sentido, referiu que fica o mote para o novo ano, pelo que seria uma boa iniciativa. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Carlos Rodrigues para referir que passa algumas vezes junto ao Parque da Cidade e questionou se haveria necessidade de deixar a iluminação do parque acesa durante toda a noite, uma vez que ninguém o frequenta entre a 1 a as 5 da manhã. Questionou também se existem dados quanto à frequência de turistas no Luso e no Concelho da Mealhada durante o verão passado. Em caso afirmativo, questionou também se esse número aumentou ou diminuiu e se o trabalho desenvolvido pelo Turismo de Centro tem produzido resultados. Questionou ainda se o Executivo Camarário está já a pensar em desenvolver actividades e alguma promoção para o próximo verão, ou se depende apenas do Turismo do Centro. Expôs ainda que existe na Europa, um turismo crescente em Auto-caravanas, o qual não frequenta unidades hoteleiras, mas que consome em restaurantes e restantes estabelecimentos locais. Assim, sugeriu que poderia ser construído um parque gratuito destinado a Auto-caravanas no Concelho de Mealhada, particularmente no Buçaco, pelo menos com estacionamento e com água para poder atrair este tipo de turismo em desenvolvimento, ajudando assim o comércio local. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Parque da Cidade é um dos locais que a Câmara assinalou à EDP para reduzir o consumo energético em 50%, nomeadamente a partir a 1:30h da manhã. Não obstante disso, as pessoas encarregam-se de reduzir esse consumo, destruindo à

pedrada alguns candeeiros, que só na última semana foram 10. Relativamente às questões sobre o turismo, referiu que a Senhora Vice-Presidente pode prestar alguns esclarecimentos sobre o assunto, embora ainda seja cedo para haver resultados estatísticos. Referiu ainda que existe um projecto para o parque junto à igreja do Luso, onde estão previstos alguns lugares destinados a Auto-caravanas. ----------

- Tomou a palavra a Senhora Vice-Presidente para referir que seria difícil contabilizar o número de turistas no Luso, uma vez que nem todos utilizam os equipamentos referenciados. Referiu ainda que o Turismo do Centro está a estudar estratégias para contabilizar essa estatística. Quanto à questão da animação, mencionou que tanto a Autarquia, como a Junta de Freguesia do Luso e parceiros locais do Luso, estão a desenvolver os seus programas de animação para o próximo ano, juntamente com o Turismo do Centro. Mencionou ainda que existe uma candidatura aprovada, no âmbito do PRODER, a qual é feita num âmbito mais alargado da Associação das Termas de Portugal e que todos os consórcios estão também a desenvolver um programa de animação que se prolongue no tempo e que seja uma referência. Acredita assim que, no próximo ano civil, já tenham alguns frutos desta candidatura, embora estejam a tratar, em simultâneo e conjuntamente com a Fundação Luso e Grande Hotel das Termas, um programa mais consistente e atractivo para quem nos visita e não para os residentes. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Rodrigues para referir que a recriação da Batalha do Buçaco, à semelhança do que aconteceu na Comemoração dos 200 anos da Batalha do Buçaco, deveria ocorrer com maior regularidade, mesmo que não seja de uma forma tão elaborada, valorizando assim a nossa história. -------

- Interveio a Senhora Vice-Presidente para mencionar que essa iniciativa cabe, em grande medida, às colectividades locais, pois têm conhecimento que estas recriações partem de iniciativas locais, nas cidades onde são feitas. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Luís Brandão para dar a conhecer os assuntos que foram tratados na reunião da CIM – Baixo Mondego (4ª sessão), que ocorreu no dia 16 de Dezembro, nos Paços do Município de Montemor-o-Velho. Referiu que se aprovou, por unanimidade, a proposta de contribuições para a CIM dos municípios no ano de 2011, a qual se mantém igual à proposta do ano de 2010. Assim, o Concelho da Mealhada contribuirá com o montante de 5.700€, num total de 69.000€, que são as cotas dos dez Municípios que compõe esta Comunidade Intermunicipal. Referiu também que as grandes Opções de Plano e Orçamento para o ano de 2011, no valor de 94.872€, também foram aprovados por unanimidade, bem como o Quadro de Pessoal, o qual é composto por seis postos de trabalho, encontrando-se ainda um por preencher. Numa das intervenções, expôs que o Presidente do Conselho Executivo, que neste mandato é o Presidente da Câmara Municipal de Condeixa-a-Nova, Eng. Jorge Bento, referiu que a principal actividade da Comunidade Intermunicipal é a gestão do QREN, do qual obteve, até ao final do 3º trimestre deste ano, um bom desempenho relativamente à sua execução. No entanto, a taxa execução, nos dez Municípios, não teria sido tão boa se os Centros Escolares não tivessem sido construídos. Na mesma reunião, os órgãos executivos referiram que existe mais vida para além do QREN, tendo acrescentado que este tipo de Associação de Municípios pode ser positivo para o todo e para os Municípios individualmente. Neste contexto, deram o exemplo de que esta Comunidade Intermunicipal pode ter um papel importante na luta

para a reabilitação da linha ferroviária da Pampilhosa/Figueira da Foz e que pode ser relevante para o grupo de trabalho que irá ser constituído. No final da sessão, o Secretário Executivo da Comunidade Intermunicipal, Eng. António Gravato, apresentou os 4 pilares de acção e interacção, os quais são a formação (em especial para os colaboradores dos dez Municípios que compõem esta Comunidade), energia (por candidaturas a apoios públicos, a promoção de sistemas inteligentes de monitorização de consumos energéticos em edifícios autárquicos), empreendedorismo local e o ordenamento e marketing regional. Como exemplo das sinergias que podem resultar desta Comunidade, aflorou-se a hipótese de ser criada uma central de compras, no âmbito desta Comunidade, adaptando-se a metodologia que tem sido implementada há uns anos na Grande Área Metropolitana de Lisboa, a qual evidencia resultados interessantes. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para esclarecer que não é o regulamento que foi aprovado que está em causa, mas sim a possível pressão nas intervenções que o texto colocado na convocatória (*"Para a eventualidade da sessão não se concluir na data referida, fica desde já convocada uma 2ª reunião que terá lugar às 19:30 do dia 31 de Dezembro"*) pode exercer, tendo em conta os conteúdos da Ordem de Trabalhos desta sessão, nomeadamente o Orçamento. Neste sentido, apenas foi pretendido focar que esta sessão da Assembleia Municipal poderia ter sido marcada para mais cedo, uma vez que não existe nada no regulamento que indique que as sessões não possam ser marcadas para mais cedo. Referiu ainda que faltou falar sobre um terceiro ponto sobre o qual não foi permitido falar na sua anterior intervenção. Assim, citou o documento que a seguir se transcreve: ----------

"Na última reunião desta Assembleia, a CDU questionou o Sr. Presidente da Câmara sobre a selecção da empresa ACEAAP – Agência de Competências e Estudos Avançados para a Administração Pública, Lda. – para a apresentação de uma proposta sobre a reorganização dos serviços municipais e sobre os respectivos custos. As respostas obtidas não esclareceram o que pretendíamos, tendo o Sr. Presidente da Câmara afirmado que facultaria os dados esperados mediante apresentação de um requerimento. ----------

Desta forma somos a solicitar se digne encaminhar o requerimento em anexo, ao qual ficamos a aguardar as devidas respostas, aproveitando para as tornar mais claras." ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que pode ter havido algum lapso, uma vez que a resposta ao referido requerimento foi efectuada à Assembleia Municipal. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Mesa para mencionar que viu o documento quando este foi remetido à Câmara, mas que não viu qualquer resposta. No entanto, referiu que se a Câmara respondeu à Assembleia, tem a certeza que a documentação será novamente remetida no dia seguinte, conforme instruções já fornecidas ao funcionário de apoio à Assembleia Municipal. Relativamente ao horário desta sessão, referiu que quem elaborou a convocatória desta sessão foi o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, a qual estava inicialmente prevista para o dia 17 de Dezembro, não sabendo quais foram as razões para a alteração que se veio a verificar. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para reforçar que a indicação de que esta sessão se pode prolongar para o dia seguinte, causa alguma pressão nas intervenções dos membros desta Assembleia, tendo em conta os conteúdos

desta Ordem de Trabalhos, o que não é benéfico. Quanto à questão da energia, referiu que a EDP utilizava antigamente relógios para controlar a iluminação pública e que, hoje em dia, utiliza interruptores crepusculares, os quais são accionados consoante a luminosidade existe. Acontece que em dias de temporal, o dia pode ficar muito escuro e accionar os interruptores da iluminação pública, que pode ficar ligada várias horas durante o dia. Acontece também que a EDP não quer ter o trabalho de voltar a acertar relógios. No entanto, se a iluminação pública voltasse a ser regulada por relógios, a Câmara poderia poupar muita energia se os relógios fossem programados para acender a iluminação pública uma hora depois do pôr do sol e desligar a mesma uma hora antes do nascer do sol. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa deu por encerrado o período antes da Ordem do Dia e deu início à Ordem de Trabalhos desta sessão. ----------

1 – VOTAÇÃO DA ACTA Nº 5 DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2010: O Senhor Presidente da Mesa colocou a Acta nº. 5 da Sessão Ordinária da Assembleia realizada em 30 de Junho de 2010 à votação e não havendo qualquer intervenção a mesma foi aprovada por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para chamar a atenção para a expressão dos tempos verbais utilizados na redacção das actas. Referiu que se entende o que está escrito, mas este cuidado ajudaria muito na compreensão das mesmas. ----------

2 – VOTAÇÃO DA ACTA Nº 6 DA SESSÃO REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2010: O Senhor Presidente da Mesa, antes de colocar a acta à votação, referiu que cometeu uma gafe relativamente às faltas dos Senhores Mano Soares, Fernando Melo e Tiago Ângelo, representante da Junta de Freguesia de Luso. Expôs que os Senhores Mano Soares e Fernando Melo justificaram as suas faltas verbalmente, embora não o tenham feito de acordo com o estipulado na lei. O Senhor Tiago Ângelo, representante da Junta de Freguesia de Luso, chegou mais tarde à dita sessão, tendo justificado verbalmente o seu atraso por motivos profissionais. No entanto, no momento da sessão e de acordo com o referido na acta, a mesa não aceitou o seu pedido de substituição, o que, na sua opinião, foi uma grande injustiça. Assim, sugeriu que todas as faltas verificadas nessa reunião sejam justificadas a título excepcional. ----------

- Interveio o Senhor Guilherme Duarte para referir que todas as faltas deveriam ser consideradas injustificadas, sob pena de ser criado um precedente. ---------

- Interveio o Senhor Mano Soares para referir que não se sentirá repugnado, caso a sua falta seja considerada injustificada, pois tem consciência que a tinha que justificar por escrito e não o fez. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a sua sugestão de correcção à acta nº 6, justificando excepcionalmente as faltas dos Senhores Mano Soares, Fernando Melo e Tiago Ângelo, e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e um votos a favor, quatro votos contra e quatro abstenções. De seguida colocou a acta nº 6, da sessão realizada em 30 de Setembro de 2010 à votação e a mesma foi aprovada por maioria com vinte e sete votos a favor e duas abstenções. ----------

3 – INFORMAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL: ----------

Conforme o previsto na alínea e) do n.º 1, do art.º 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, passo a informar a Assembleia Municipal, através do seu Exmo. Presidente, acerca da Actividade Municipal após a Sessão Ordinária de 30 de Setembro de 2010: ----------

OBRAS EM FASE DE PROJECTO

- Adutora e Estação Elevatória do Carqueijo - Projecto; ----------
- Posto de Turismo e Loja 4 Maravilhas da Mesa da Mealhada – Projecto; ----------
- Requalificação da Zona Central de Barcouço; ----------
- Requalificação da Zona Central de Casal Comba; ----------
- Reformulação do Mercado Municipal de Pampilhosa; ----------

OBRAS EM FASE DE CONCURSO

- Execução de Passeios em Sargento-Mor e Adões; ----------
- Arranjos Exteriores do Campo Municipal de Pampilhosa; ----------
- Trabalhos de Reparação da Estrada Mealhada/Lameira S. Pedro – Tramo II; ----------

OBRAS EM FASE DE ADJUDICAÇÃO/CONSIGNAÇÃO

- Infra-estruturas AUGI – Zona Desportiva de Mealhada; ----------
- Reabilitação da Rua das Ferrugens e Largo do Cemitério na Antes; ----------
- Arranjos Exteriores do Pavilhão Polidesportivo de Barcouço; ----------
- Sinalização e Trânsito – Sinalização Horizontal – Mealhada; ----------

OBRAS EM CURSO

- Construção da Via de Acesso ao Centro Educativo da Pampilhosa; ----------
- Recuperação do Pontão de Várzeas; ----------
- Equipamento de Apoio ao Parque da Cidade – Mealhada; ----------
- Bairro Social do Canedo – Reabilitação de 20 fogos; ----------
- Requalificação do Largo de São Martinho em Arinhos; ----------
- Arranjo da Envolvente ao Campo de Futebol Municipal de Pampilhosa; ----------
- Envolventes ao Monumento à Batalha do Buçaco; ----------
- Revestimento do Piso dos Gabinetes da DGU e DPU; ----------
- Trabalhos de Conservação do Parque de Campismo do Luso; ----------
- Beneficiação de Arruamento no Luso – Catraia Norte/Catraia Sul; ----------
- Adutora Lameira S. Pedro – Centro de Estágios do Luso; ----------
- Remodelação dos Reservatórios do Buçaco e Barcouço: ----------

Mealhada, 20 de Dezembro de 2010 ----------

O Presidente da Câmara (Carlos Alberto da Costa Cabral) ----------

Esta informação escrita do Senhor Presidente da Câmara foi acompanhada dos elementos relativos à informação educativa, ambiental, desportiva, acção social e situação financeira do Município. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos senhores membros da Assembleia Municipal, se queriam colocar alguma questão sobre a informação apresentada. ----------

- Pediu a palavra o Senhor Luís Brandão para solicitar que seja anexa a este documento, nos termos do artº 32º do Regimento desta Assembleia, informação sobre a Fundação Mata do Buçaco, Escola Profissional Vasconcellos Lebre, entre outras, onda a Câmara Municipal da Mealhada está representada. Expôs novamente o seu desagrado quanto à falta da informação cultural do Concelho. No entanto, saudou a área da educação e as áreas da responsabilidade do Senhor Vereador Júlio Penetra, que tem o cuidado de evidenciar todas as actividades que realiza. Sobre a actividade da Câmara, nomeadamente sobre o Parque Infantil de Luso situado junto ao lago do Luso, referiu que o mesmo não pode estar condicionado aos horários e dias de abertura do bar "Restaurante Varanda do Lago", situação que se mantém

apesar de já ter abordado este assunto várias vezes nesta Assembleia. Sugeriu também, no âmbito da actividade da Câmara Municipal, que seja colocada informação no referido parque, de acordo com a legislação em vigor, em local bem visível. Referiu também que, nos documentos enviados pela Câmara, não percepcionou que o Conselho Municipal de Segurança tenha reunido, ou que tenha havido qualquer convocatória para o efeito. Assim, gostaria de saber se existe alguma previsão para a reunião desse órgão, uma vez que existem assuntos a tratar, nomeadamente sobre o Plano Municipal de Emergência da Protecção Civil, que se encontra em consulta pública até ao dia 25 de Janeiro de 2011 e carece de um parecer deste Conselho. Sublinhou ainda que seria interessante que este Conselho se reunisse para aprovar o Regulamento aprovado nesta Assembleia. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para citar o documento que a seguir se transcreve: ----------

"*Este ponto da Ordem de Trabalhos visa a apreciação da actividade do município a partir de uma informação escrita pelo Senhor Presidente da Câmara. A CDU quer aqui focar dois temas com destacada importância na actividade do Município e com enormes reflexos na vida do nosso Concelho, a Educação e o Património Local, mais concretamente a Mata do Buçaco. A leitura das actas das reuniões de Junho e Setembro que foram aqui votadas, reavivam a memória das declarações do Senhor Presidente da Câmara afiançando a determinação do Executivo Camarário, em que não seriam encerradas escolas na área da Mealhada. Já tivemos oportunidade de o confrontar com o posterior fecho da escola da Vimieira, em flagrante contradição com a determinação que exibia em Junho. Foi, aliás, uma determinação aparente que nos foi apresentada como uma espécie de compensação pela falta de opinião, se assim lhe podemos chamar, sobre a fusão de Agrupamentos e Escola Secundária, mais uma asneira de grandes proporções forçada pelo Governo do PS na Mealhada. Recentemente foi fechada mais uma na Lameira de São Pedro por falta de auxiliar de acção educativa. A solução foi o encerramento da escola do 1º ciclo. Chegámos a isto. Em vez de contratar um trabalhador ou uma trabalhadora, encerra-se a escola onde ele ou ela fazem falta. É a política do PS no seu melhor. Em Junho, o Senhor Presidente da Câmara dizia-se determinado em que não houvessem encerramentos na área da Mealhada. Entretanto, a fúria de abate de escolas que o Governo do PS promove tem, como se vê, terreno fácil no Município de Mealhada. E estas questões trazem outras. Questionámos em devido tempo o Senhor Presidente, não só pela posição da Câmara na fusão dos Agrupamentos, posição que dizia não ter, mas que afinal, parece ser de mera aceitação de factos que o Governo do partido de V.ª Ex.ª consuma. Questionámo-lo nessa altura sobre a posição do Conselho Municipal de Educação, a que preside de acordo com a legislação. Não tivemos resposta e, entretanto, notámos que uma pergunta feita pelo Senhor Deputado Luís Brandão sobre a actividade do Conselho Municipal de Educação ter ficado também sem resposta. Os Conselhos Municipais de Educação são uma criação do Governo do PSD, anteriores ao abandono do Governo por Durão Barroso. Não nos revemos nesses órgãos. Como se vêem no caso da Mealhada, são um faz de conta de autonomias e de transferência de competências para o nível local. A sua continuação está errada, as suas competências são aparências. Não nos revemos nestes órgãos, já o dissemos,*

mas face à postura crítica da Câmara Municipal sobre as questões que temos colocado, insistimos em dizer que, pelo menos, o Conselho Municipal de Educação devia ter-se pronunciado sobre coisas como a mega fusão de escolas na Mealhada. E cremos que isto não é só uma questão de opinião da nossa parte. É que, se o Conselho Municipal de Educação não servir para isto, pelo menos para dar opinião, para que serviria ele afinal? Neste sentido, perguntamos ao Senhor Presidente da Câmara: Existe ou não Conselho Municipal de Educação na Mealhada, de acordo com as determinações legais? Mais de uma ano após as últimas eleições autárquicas, qual é a situação relativa à composição do Conselho Municipal de Educação? Qual foi a última vez que convocou o Conselho Municipal de Educação a que preside e por que motivo o fez? Nas últimas semanas, quis nos parecer que o Conselho Municipal de Educação poderia estar regressado do reino dos mortos. Embora, lamentavelmente a propósito de um debate sobre a educação que teria como mola impulsionadora, na mão do PSD, uma coisa chamada ranking de escolas. Esperamos sinceramente que o Conselho mantido em coma induzido, perante alterações e imposições de tão enorme impacto nas escolas da Mealhada, não ressurja apenas para discutir um tema como a posição das nossas escolas nos absurdos rankings feitos a partir de resultados de exames nacionais. Estamos para ver e ouvir. ----------

A CDU vê-se forçada a voltar ao tema Mata do Buçaco. Portugal está infestado de fundações, servem para tudo e mais alguma coisa e muitas vezes para nada servem. Em muitos casos, servem para que o poder central, agora comandado pelo PS, descarte responsabilidades e, não poucas vezes, para que essas responsabilidades recaiam progressivamente no domínio e na decisão de privados. Servem ainda com grande frequência para ocupar figuras do arco do poder, momentânea ou definitivamente arredadas de cargos políticos. A Mata do Buçaco foi abandonada décadas a fio, às vezes parece que não, mas este abandono teve responsáveis principais que não são difíceis de identificar. Os Governos que temos tido e, em particular, os Ministros e Secretários de Estado da Tutela, isto é, governantes ligados ao Partido Socialista ou ao Partido Social Democrata. Não nos lembramos se algum deles foi do CDS, pode dar-se o caso. A utilização que os Governos têm dado às soluções de criação das fundações não nos seduz. Mas é um facto que o futuro da Mata do Buçaco está hoje entregue, em grande medida, à fundação com o seu nome. Já aqui reconhecemos o trabalho que tem sido feito, crendo nós que muito mais é preciso para que seja possível a recuperação e a projecção deste património concelhio e nacional sem par. O Governo do PS assumiu o compromisso de financiamento da fundação e, como já aqui abordámos, tem sido relutante em os cumprir. O Senhor Presidente da Câmara tem sido, por vezes, relutante em dar informação sobre esta questão que tem a ver com a vida de uma fundação que a Câmara também integra, para onde nomeia responsáveis e em cujo trabalho, certamente, deposita grandes expectativas. Lembramos que está no âmbito das competências desta Assembleia acompanhar a actividade da Câmara também no âmbito das fundações a que ela pertence. Como tal, dirigimos ao Senhor Presidente da Câmara as seguintes perguntas que esperamos ver respondidas. Nas últimas informações que a CDU teve, o Governo ainda só tinha entregado à fundação metade da verba inscrita no Orçamento de Estado para este efeito, de acordo com o Decreto-Lei nº 120/2009, de 19 de Maio. Qual é a situação presente

relativamente è dotação de 2010? Estando ainda quase tudo por fazer, não obstante do esforço promocional feito pela fundação, o Governo parece já ter anunciado uma redução de dotação para o próximo ano. Que avaliação faz a Câmara Municipal deste anúncio e que posição vai propor que seja tomada nos órgãos próprios da fundação em que participa e eventualmente noutros espaços? Por notícias vindas a público, cremos que o Secretário de Estado da Tutela terá prometido, digamos assim, compensações pelo corte à dotação da fundação. O que sabe o Senhor Presidente da Câmara sobre estas compensações?" ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir, não querendo fazer uma conta de gerência antecipada, que este ano foi muito bem conseguido, no ponto de vista das várias taxas de execução, tendo em conta a documentação que foi entregue pela Câmara e a qual é referente ao dia 20 de Dezembro de 2010. Relativamente a rankings, aconselhou o membro da CDU a ver, no portal da DGAL, quais as Câmara Municipais da CDU que estão a entregar fundos por multa ao Estado, as que estão em insuficiência financeira e quais as que estão em reequilíbrio financeiro. Assim, poderá verificar que nesse conjunto não está a Câmara Municipal de Mealhada, pois ela encontra-se entre as melhores, o que é uma diferença que não se deveria deixar de ver. Referiu ainda que estima ver o Senhor Presidente da Câmara em forma, depois da intervenção cirúrgica a foi submetido. ----------

- Interveio o Senhor Bruno Coimbra para congratular a Câmara Municipal pela assinatura do protocolo para a implementação da Agenda 21 Local. Referiu que, por motivos profissionais, teve a oportunidade de acompanhar de perto a implementação da Agendo 21 Local no Concelho de Alenquer, em 2006 e tem perfeita noção da importância dos benefícios que estes processos podem ter para os municípios. Não obstante das fases 2 (diagnóstico e preparação do plano de acção) e 3 (implementação, monitorização e revisão) do processo, sublinhou a importância da 1ª fase (sensibilização e fóruns participativos), pois o processo terá tanto mais sucesso quanto mais envolvida for a sociedade e quão mais realistas e adequados forem os vectores definidos. Referiu também que existem outros concelhos do distrito de Aveiro que estão a trabalhar com a Agenda 21 Local, como por exemplo São João da Madeira, Águeda e Oliveira do Bairro. Felicitou ainda pela escolha da Universidade de Aveiro para integrar este projecto, com a qual poderá certamente fazer um trabalho de relevo. -------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir, relativamente ao parque infantil do Luso, que irá averiguar a situação e colocar a placa que, de acordo com as declarações do Senhor Luís Brandão, se encontra em falta e cumprir o formalismo que a lei obriga. Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, referiu que este Conselho é um daqueles que ninguém sabe para o que serve, uma vez que não se pode discutir nele o que se quer e também não é fácil que as entidades representadas nomeiem os seus representantes. Expôs também que uma das funções do Conselho Municipal de Segurança é ouvir o relatório de segurança elaborado pelo Comandante da GNR, que não é mais que informação estatística. Referiu também que a lei é um pouco débil relativamente a este assunto e dá a sensação de que apenas foi criado para se dizer que existe, pois é difícil haver intervenção directa nesta questão da segurança. Relativamente à questão do fecho de escolas abordada pelo Senhor António Neves, referiu que é conversa importada, vaga e que é um discurso habitual nos jornais locais e não só. Referiu também que,

naturalmente, o objectivo não é fechar escolas, mas que já houveram escolas que foram fechadas por imposição da Câmara Municipal, no caso da construção do Centro Educativo da Pampilhosa, onde os alunos passaram a ter melhores condições do que as que tinham nas antigas escolas. Referiu ainda que a Câmara nunca disse que não se fechariam escolas, mas sim que evitaria fechar escolas. No caso da escola da Vimieira, o Ministério decidiu fechá-la, embora a Câmara tenha dito que não havia conveniência em encerrar a referida escola. No entanto, a Câmara não tinha argumentos para a manter aberta, uma vez que ela se situa junto à Junta de Freguesia de Casal Comba, tinha uma turma com 4 classes e estava a 400 metros de uma escola com melhores condições (Escola de Casal Comba). Relativamente à constituição do mega agrupamento, referiu que compete ao Governo, qualquer que ele seja, gerir a Educação. O mal destas reformas é que, muitas vezes, não são feitas as devidas avaliações. E curiosamente nunca é sobre essa falta de avaliações que existem reclamações. Relativamente à escola da Lameira de São Pedro, referiu que foram os pais dos alunos que decidiram fechar a escola, juntamente com o agrupamento de escolas, mesmo sem a Câmara Municipal tomar conhecimento. Referiu ainda que o Conselho Municipal de Educação irá reunir para análise do arranque escolar e do 1º período, conforme o estipulado na lei, emitindo apenas opinião. Vai também reunir para discutir a proposta sobre o ranking escolar, apresentada pelo PSD no sentido de motivar uma discussão sobre a educação no Concelho da Mealhada, a qual foi aprovada por unanimidade em reunião de Câmara. Relativamente à questão da Fundação Mata do Buçaco, referiu que não existem entidades privadas representadas na Fundação. Existem sim sócios fundadores, nomeadamente a Câmara Municipal da Mealhada, o Ministério da Agricultura e o Ministério das Finanças, entre outras. Confirmou ainda que a verba estipulada no Orçamento de Estado de 2010 já foi entregue na sua totalidade à Fundação e confirmou também que está prevista uma redução de 50% da mesma verba para o ano de 2011. No entanto, esta redução será compensada com outro tipo de verbas. ----------

- Interveio o Senhor Manuel Cardoso para sublinhar, relativamente ao fecho da escola da Vimieira, que nenhuma família foi afectada com a mudança de escola, uma vez que o Centro Social de Casal Comba, em articulação com a Câmara Municipal, assegurou todas as refeições e transporte das crianças visadas com fecho da escola da Vimieira. ----------

- Interveio o Senhor António Neves para esclarecer que a transferência das crianças da Lameira de São Pedro para o Luso já era esperada, quando o Centro Educativo do Luso estivesse pronto. No entanto, suscitou a ideia de que esta mudança brusca tinha derivado do impasse que foi criado, tendo os pais decidido posteriormente fechar a escola. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que a escola da Lameira de São Pedro não foi fechada por falta de funcionário, como se deu a entender, até porque a referida escola, segundo o rácio do Ministério da Educação, não tinha direito a qualquer auxiliar. Referiu ainda que existia na escola da Lameira de São Pedro apenas uma turma com quatro classes e havia uma auxiliar já de idade avançada que foi mantida pelo Ministério da Educação, mesmo sem ter direito a ela, segundo a legislação em vigor. Acontece que a Senhora reformou-se e os pais dos alunos acharam por bem que a escola do Luso tinha melhores condições. No entanto, a escola da Lameira de São Pedro pode vir a ter que funcionar novamente devido á

construção do Centro Educativo do Luso, bem como outras instalações a definir, no Luso. ----------

- Interveio o Senhor António Neves, ainda sobre a questão da Fundação Mata do Buçaco, para reforçar que a sua preocupação não é para com a Fundação, a qual reconhece um trabalho meritório, mas sim para com o património degradado que esteve ao abandono durante décadas e para com os constrangimentos em termos financeiros, muitos deles prometidos e não cumpridos. ----------

4 – PROJECTO DE ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E DA EDIFICAÇÃO: - O Senhor Presidente da Mesa cedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que por sua vez passou a palavra ao Senhor Vereador José Calhoa. ----------

- O Senhor Vereador José Calhoa tomou a palavra para referir que esta alteração ao referido Regulamento serve para adaptar o mesmo à legislação em vigor, que por sua vez tem vindo a ser actualizada e sofrendo alterações constantes. Assim, colocou-se à disposição para responder a qualquer questão que tenha suscitado. ----------

Não havendo qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa colocou o Projecto de Alteração ao Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação à votação e mesma foi aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

5 – REVISÃO ORÇAMENTAL Nº 2: - O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra para expor que esta revisão orçamental tem a ver com o remanescente do saldo de gerência que ainda não tinha sido utilizado, integrando-o assim na receita e figurar na conta de gerência, uma vez que o ano económico está a terminar. ----------

Não havendo qualquer intervenção, o Senhor Presidente da Mesa colocou a Revisão Orçamental Nº2 à votação e mesma foi aprovada por unanimidade. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. -

6 – ORÇAMENTO E OPÇÕES DE PLANO PARA 2011: - O Senhor Presidente da Mesa deu início à discussão sobre este ponto e perguntou se alguém queria usar da palavra. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para referir que a bancada do PS congratula-se pelo Orçamento e Opções do Plano para 2011 terem sido aprovados por unanimidade, em reunião de Câmara. Congratulou também o PSD pela forma construtiva como participou na elaboração deste documento. Dentro da conjectura nacional e dentro das restrições subjacentes, referiu que estamos perante o orçamento possível e bastante rigoroso. Referiu ainda que todos os orçamentos são discutíveis, tanto no seu conteúdo, como na forma como são definidas as suas prioridades. Neste sentido, expôs que neste Orçamento existe uma estratégia bem definida para o concelho, onde é visível a preocupação no crescimento económico e na melhoria das condições de vida de todos os munícipes. Tem também consciência das limitações que o Orçamento sofreu, relativamente à redução das receitas e das transferências do Estado. Mencionou ainda que estamos perante um Orçamento bem real para este concelho e que irá ser eficaz. Sublinhou que as prioridades deste Executivo estão bem definidas nas áreas essenciais da Educação, Desenvolvimento Económico e Acção Social. Também tem consciência que o

ano de 2011 será um ano de recessão, mas que não colocará em risco a estabilidade financeira do Município, relembrando que existe uma crise global, o que por si só, trará reflexos para o nosso concelho. Assim, referiu que estamos perante um orçamento onde a bancada do PS se revê e que tem a certeza que o irá aprovar. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para felicitar o Executivo Camarário e quem tecnicamente é responsável pela elaboração deste documento, por ter sido esclarecida a questão sobre a aplicação das regras previsionais do POCAL no orçamento, ao anexar o mapa previsional da receita do orçamento para 2011 neste documento. De seguida, criticou o Executivo Camarário por ter colocado, nas opções do plano, dotações no ano 2014, uma vez que o mandato acaba em 2013 e alguns dos que aqui estão hoje, não estarão em 2014. Neste sentido, referiu que não se sente à vontade em votar dotações para além do seu mandato. Assim, sugeriu que as dotações de 2014 fossem adicionadas às dotações do ano de 2013 para assim considerar o plano perfeito e muito bem detalhado. ----------

- Interveio o Senhor Manuel Jacinto para fazer algumas considerações, antes de comentar sobre o ponto que se encontra em discussão. Considerou que o Senhor Presidente da Mesa em exercício não pode dizer, nem em tom de brincadeira, que passou uma vista de olhos pela documentação da Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, seja ela a acta ou outro ponto qualquer, mesmo que não tivesse lido nada. Considerou também que a observação do Senhor António Neves, sobre a convocatória desta Assembleia, foi pertinente. No entanto, admitiu que se estivesse do outro lado da barricada, o que é dificílimo de acontecer, provavelmente faria o mesmo. Relativamente ao ponto em discussão, referiu que este orçamento, embora se possa dizer o contrário, é sempre influenciado pelo estado que o País atravessa. E como está a ser influenciado desta forma e, provavelmente, vamos ter um orçamento ainda mais rigoroso em 2011, referiu que temos que aceitar este orçamento e votá-lo favoravelmente. Sublinhou ainda que a situação do País não está fácil e não gosta ver críticas apenas a uma pessoa, neste caso ao Senhor Primeiro-Ministro, porque também o seu partido (PSD) tem responsabilidades na situação que o País atravessa. Expôs ainda que gostou de ler dois artigos no Jornal da Mealhada, dos Senhores Vereadores José Calhoa e Leonor Lopes, e sentiu que finalmente havia uma certa sintonia entre dois partidos que têm andado de costas voltadas e que começa a haver uma conjugação de esforços para o bem de todos nós. Referiu também que a situação do Mercado Municipal tem quer ser resolvida, à semelhança daquilo que já tinha dito há uns meses atrás. Existe também outro ponto, ao abrigo do que foi falado sobre a conjugação de esforços para resolver os problemas do concelho, que tem a ver com a questão do acesso ao trabalho no município. Referiu que é preciso começar a pensar em trocar o cartão de militante de determinado partido pelo cartão da competência para exercer determinados cargos, pois existem casos de pessoas que ocupam determinados cargos para os quais não têm a mínima competência, mencionando que este alerta serve para os dois partidos. ---------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que, todos anos, não deixa de olhar para o Plano de Actividades e Orçamento e que é perceptível a diminuição da receita de vários impostos, como por exemplo a derrama e o IMT. Constatou que existe a grande necessidade de gerar mais receita e proporcionar mais negócios. Tomou nota de que a Zona Industrial de Barrô já

figura nos orçamentos e planos de actividades desde o mandato do Senhor Rui Marqueiro, tal como a Zona Industrial de Barcouço. Referiu também que a questão do ramal ferroviário já foi aqui vagamente abordada, também a questão do campo de golf, a questão do Mercado e a questão da Mata do Buçaco. Relativamente à Mata do Buçaco, se é verdade que tem sido feito trabalho meritório na Mata do Buçaco, referiu que não é menos verdade que também se anda a ter muito pouco cuidado, uma vez que ela está a ser infestada de acácias e qualquer dia não se conseguirão controlar. Referiu também que é com satisfação que a ACIM tem ouvido falar da necessidade de se criar um Centro de Negócios, que permita às empresas do concelho criar mais riqueza, mais desenvolvimento e ter mais visibilidade. Mencionou ainda que já o estavam a solicitar há muito tempo e que a Câmara finalmente ouviu o seu apelo. No entanto, ainda não conseguiu vislumbrar o que era, onde iria ser e quando iria ser realizado, mas salve-se a intenção do Executivo. Referiu também que se sente incomodado com o facto de um canil ser motivo de orgulho, quando existem pessoas no concelho com sérias dificuldades e a viver em casas de lata, obviamente não tendo nada contra os animais. Neste sentido, mencionou que não se pode fazer do canil uma bandeira assim tão importante que nos possa levar a deixar de considerar primeiro as pessoas e o desenvolvimento. De seguida, questionou se o Senhor Presidente da Câmara pensa concretizar todas as obras que têm rubrica aberta no orçamento de 1€, até ao final do seu mandato. Questionou também se o Senhor Presidente da Câmara aceita desistir das Zonas Industriais, uma vez que elas se encontram na mesma há muitos anos. E já não fala no campo de golf, uma vez que já se instalaram alguns à nossa volta e deixou, neste momento, de fazer algum sentido. No entanto, referiu que a plataforma rodo-ferroviária é de extrema importância e que o ramal ferroviário da Pampilhosa/Figueira da Foz é um pilar importantíssimo, uma vez que temos que utilizar cada vez mais a ferro via como meio de transporte. Assim, se houver o investimento significativo no Porto da Figueira da Foz que seja capaz de proporcionar cargas e descargas de mercadorias, o concelho precisa de vias capazes de as poder trazer para a nossa localidade. Expôs ainda que não fica contente nem satisfeito com este orçamento, pois o município não tem que reclamar mais verbas para gastar mais. Tem sim que tentar, dentro do nosso concelho, gerar mais riqueza e gerar mais condições para que o concelho consiga gerar outro tipo de desenvolvimento, sendo que as zonas industriais referidas (Barrô e Barcouço) são essenciais para o tecido empresarial local. Assim, na sua opinião, este orçamento dá a sensação de desistência, apesar de que a criação do Centro de Negócios pode vir a ser um bom instrumento de trabalho para o nosso tecido empresarial e afirmou que não se atreverá a votar favoravelmente este Orçamento, pois sente que a Mealhada tem condições para mais. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que, obviamente, não existem orçamentos perfeitos e se cada um fizer um orçamento, certamente todos serão diferentes. Relativamente às zonas industriais, referiu que não houve qualquer desistência, mas que é necessário dinheiro para que elas sejam feitas, independentemente de algumas questões burocráticas. Tal como foi dito pelo Senhor Manuel Jacinto, houve um corte na receita, o qual foi um corte cego a nível nacional, e acontece que se chegou à conclusão de que era impossível, em termos financeiros e ambientais, implantar a Zona Industrial de Barcouço no local onde o actual PDM (Plano Director Municipal) prevê. Neste

sentido, referiu que irá propor a mudança de local, que já está indicada na revisão que espera ser posteriormente aprovada, e só nessa altura se poderá pensar na Zona Industrial de Barcouço. Quanto á Zona Industrial de Barrô, expôs que a mesma é realmente para avançar e só falta saber onde é que se vai buscar o dinheiro, em termos orçamentais. Referiu também que, obviamente, não vão ser feitas todas as obras que têm rubrica aberta de 1€, uma vez que não têm dinheiro suficiente para isso. No entanto, referiu que consoante for possível enriquecer a receita com os fundos comunitários, certamente haverá reflexos no lado da despesa, através de revisões orçamentais que terão de vir a esta Assembleia. Relativamente à plataforma rodo ferroviária da Pampilhosa, referiu que a vocação da Câmara não é fazer plataformas para gerir plataformas e nem é como a REFER anda a dizer, que as Autarquias é que vão tomar conta das linhas de ferro. Referiu também que a referida plataforma não está só dependente da linha da Figueira da Foz. Existe uma consonância entre os Municípios da Mealhada, Cantanhede, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz, quanto à linha da Figueira da Foz e referiu que o Município menos entusiasmado é estranhamente o da Figueira da Foz. Assim, afirma que a única coisa que a plataforma precisa de ter é o mar a 40 Km e Aveiro também se encontra a essa distância. Ou seja, referiu que temos de ter uma perspectiva que a plataforma tem uma localização que lhe permite pensar que o mar está a 40 ou 50 Km, quer na Figueira da Foz, quer em Aveiro. Portanto, existe toda uma conveniência, no contexto regional, de que a Figueira da Foz entenda que aquilo que tem de essencial é o porto. Neste sentido, referiu que a questão da plataforma não se encontra colocada de parte, mas tem que haver uma parceria público privada, das quais tem muito medo, pois ainda não viu uma que não seja alvo de desconfianças de corrupção, quer jornalísticas, quer políticas, quer na Assembleia da República, mesmo que cumpra a lei. Assim, sublinhou que não é a Câmara que tem que gerir a plataforma rodo ferroviária, pois não tem vocação para isso. Tem sim que dinamizar o processo e é precisamente isso que está a fazer. ----------

- Interveio o Senhor Carlos Pinheiro para referir que as empresas dos distritos de Aveiro e Coimbra têm forte vocação para a exportação. São empresas de pequena e media dimensão e que têm algumas dificuldades pois têm que ir para o Porto (Leixões) ou para Lisboa. Referiu também que leu uma entrevista do Senhor Presidente da Câmara da Figueira da Foz, no jornal "Diário das Beiras", em que demonstrava entusiasmo para que a linha não reabrisse, o que é preocupante. No entanto, reforçou que a plataforma pode ser determinante para o desenvolvimento do nosso Concelho e geradora de muitos postos de trabalho, o que é de extrema importância. ----------

- Interveio a Senhora Vereadora Filomena Pinheiro para referir que não foi por desconhecimento do contexto regional que a Câmara enveredou por esta estratégia. Referiu também que não vale a pena lamentarmo-nos, porque investimentos recentes neste concelho tiveram proveniência das plataformas de Vigo e de Aveiro, o que quer dizer que, neste campo, estamos dotados de capacidade para fazer face à capacidade exportadora da região e somos o concelho que melhores condições oferece para isso. Referiu ainda que existe iniciativa pública com uma estratégia bem delineada, mas também tem que haver interesse privado, através de iniciativas do sector empresarial. Neste sentido, focou que se a estratégia do Luso for rapidamente desenvolvida, rapidamente avançará a Zona Industrial de Barrô. Caso contrário, obviamente

que aquela zona industrial terá um avanço mais lento, até porque está orientada para determinada vocação e não podemos ter a "sede" de instalar empresas em qualquer sítio. ----------

- Interveio o Senhor Bruno Coimbra para mencionar que este Orçamento deveria ter tido um parecer do Conselho Municipal da Juventude, o qual não encontra na documentação que lhe foi entregue. Uma vez que o referido Conselho Municipal já reuniu para ser constituído, questionou se esta questão não foi debatida na referida reunião, ou se não foi debatida por não ter sido convocado o referido Conselho Municipal para o efeito. Enalteceu ainda que o referido parecer deveria constar na documentação do Orçamento, tendo em conta as declarações do Senhor Presidente da Câmara, sobre este assunto, na última sessão da Assembleia Municipal. ----------

- Interveio o Senhor Luís Brandão para referir que o Orçamento e as Opções de Plano para 2011, que vão ser hoje analisados e alvo de votação, são o resultado da crise económica que se instalou no nosso país, da qual este Município não se consegue desviar e cujos efeitos acarretam graves implicações para as famílias. Referiu também que certamente nenhum dos membros aqui presentes está satisfeito com este Orçamento, visto que tem uma diminuição de mais de dois milhões e cem mil euros, em comparação com o Orçamento aprovado para o ano de 2010. No entanto, é o Orçamento que o actual Governo, liderado pelo Senhor José Sócrates, nos vai deixar ter, muito pelo desgoverno das contas públicas dos últimos anos. Neste sentido, estamos sujeitos a uma diminuição no investimento e a salvaguardar recursos para urgências, no âmbito da Acção Social, que se prevêem vir a ser necessárias no próximo ano. Na sequência do convite do Senhor Presidente da Câmara para que um representante do PSD se reunisse com ele, o Senhor Vereador António Miguel Ferreira, neste contexto de recessão financeira e na necessidade de se evitar investimentos que não sejam urgentes, teve oportunidade de apresentar as preocupações do PSD, as quais assentam em três eixos vitais. Mencionou que os dois primeiros eixos se inserem numa estratégia de investimento reprodutivo, onde são incluídos a necessidade de não se descurar o investimento na educação (Centros Educativos, AECs) e a necessidade de manter a chama viva em prol das Zonas Industriais (Barrô e Barcouço) que melhor servirão os pequenos e médios empresários deste concelho. O terceiro eixo assenta na necessidade de acautelar uma margem financeira para a Acção Social, que poderá ser accionada assim que surjam carências em algumas famílias ou por possíveis incumprimentos da Administração Central, por exemplo, no pagamento dos almoços dos alunos do 1º Ciclo que poderá ficar a cargo da Câmara Municipal, na sua totalidade, para evitar atrasos para com as IPSSs que fornecem essas refeições. Referiu ainda que a dita reunião decorreu de forma construtiva, tendo havido oportunidade para partilha de mais algumas preocupações. Neste sentido, foi abordada a questão da construção de um canil municipal ou intermunicipal que, não sendo no actual contexto, muito urgente, poderá ser visto como um investimento reprodutivo, tanto em termos de saúde pública, como em termos económicos, como por exemplo na vertente de canil-hotel. Assim, como resultado desta reunião e de muitas outras, surge este Orçamento para o próximo ano, nesta conjectura de maior aperto, e reconhece que o mesmo espelha algumas das preocupações do PSD. Nomeadamente na suspensão de investimentos que podem esperar por melhores conjunturas e até, em alguns casos, de ser repensados tais como e

em comparação com o ano anterior, a construção dos novos Paços do Município, que foi alvo de uma enorme diminuição de recursos financeiros. Para além da suspensão de alguns investimentos, este documento também integra outra preocupação do PSD, que é a Educação, sendo que nesta área até se prevê um ligeiro aumento relativamente ao Orçamento do ano anterior. Referiu que obviamente não faria o orçamento exactamente como ele se encontra, mas no essencial tem que se contentar com ele, uma vez que num País sem dinheiro, não se pode entrar em loucuras e é visível neste Orçamento que o travão do investimento público foi accionado. Assim, referiu que o voto favorável é, essencialmente, por solidariedade para com o Executivo, que terá de encontrar soluções para vários problemas de ímpeto social. Também um orçamento de confiança condicionada, terá da sua parte e dos vereadores do PSD, um acompanhamento mais próximo possível, com vista na superação das dificuldades do nosso Concelho. ----------

- Interveio o Senhor José Felgueiras para esclarecer que se tinha referido ao mercado que agora serve de armazéns e garagem da Câmara Municipal e que no tempo de Senhor Manuel Joaquim se debatia na Câmara o não deixar fechar o mercado, pois dava mais a ganhar aos lavradores e ao povo. Assim como a ASAE chega à Póvoa e habilidosamente não descobre lá o mercado, o mesmo acontece com os maus cheiros da nossa terra, que vêm dos lados da Antes, em que os fiscais vão lá e não encontram nada. ----------

- Interveio o Senhor Presidente da Câmara para referir que o Conselho Municipal da Juventude realizou, de facto, uma reunião em que se falou no Orçamento, o qual se encontrava na fase final. Referiu também que o Conselho Municipal não teve o documento final na mão para se pronunciar sobre o Orçamento. No entanto, acontece que apenas um dos elementos presentes na reunião tinha direito de voto, uma vez que os restantes elementos nomeados pela Assembleia Municipal não têm direito de voto, de acordo com a lei, apesar de poder intervir no referido Conselho Municipal. Assim, o representante do PSD referiu que não iria votar nada por ser o único com direito de voto. O interveniente mencionou que foram abordadas na reunião as limitações que o orçamento iria ter, nomeadamente ao nível de receitas, e o respectivo reflexo que essas limitações iriam implicar. Garantiu, no entanto, que o orçamento está, em grande medida, vocacionado para a juventude, uma vez que existem várias obras que são direccionadas para todos os níveis etários, como por exemplo instalações desportivas, Cultura, Apoio e Acção Social. Assim, expôs que não houve nenhum parecer formal do Conselho Municipal da Juventude sobre o orçamento, tendo havido, no entanto, um debate sobre o mesmo. Sublinhou também que a falta de parecer deste Conselho sobre o orçamento não invalida a sua legalidade, uma vez que o referido parecer não é vinculativo, nos termos da lei que determina e regulamenta a elaboração de orçamentos. --

- Interveio o Senhor Bruno Coimbra para agradecer o esclarecimento e para questionar se foram convocadas as Associações que tinham direito de voto, no anterior Conselho Municipal da Juventude, tendo o Senhor Presidente da Câmara respondido que, na qualidade de Presidente da Câmara que preside este Conselho Municipal, não tem competência para convocar ninguém. O interveniente referiu ainda que a maior preocupação deste parecer tem a ver com a distribuição de verbas destinadas a associações juvenis e que o mesmo parecer deveria ser obrigatório na elaboração do Orçamento. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou o Orçamento e Opções de Plano para 2011 à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e três votos a favor e seis abstenções. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para apresentar a declaração de voto, que a seguir se transcreve: ----------

DECLARAÇÃO DE VOTO

A CDU regista o facto de não ter sido ouvida para a construção da proposta de Orçamento e Opções de Plano votada nesta Assembleia. ----------

Não achámos adequada a ***pontaria*** *com que fomos convocados para o dia da importantíssima Greve Geral, que mais de três milhões de trabalhadores fizeram, em luta contra o rumo político que arrasta o país para uma situação cada vez mais difícil. Ainda bem que há muitos e muitas que não estão convencidos, vencidos e conformados, muito menos coniventes com as políticas promovidas pelo PS com o apoio efectivo do PSD. Curiosamente, é aquele rumo político de asneiras, de escandalosa protecção de interesse dos poderosos, de submissão aos ditames das economias fortes da União Europeia e do pensamento neoliberal que a comanda, que acaba por configurar o Orçamento autárquico há pouco aqui votado. As suas marcas são a do desinvestimento e do adiamento de projectos. Com a redução das transferências para as autarquias, cerca de 2 milhões de euros a menos no caso da Mealhada, é o garrote da política de direita a chegar a todo o lado, excepto onde estiveram os interesses dos protegidos que tutelem as opções políticas do PS e PSD. O Orçamento da autarquia mas, mais do que isso, o povo do concelho precisa de outras políticas que não as que PS e PSD decidem a nível nacional e que, com maior ou menor pudor, são apoiadas ao nível local pelos seus políticos de cá.* ----------

Entenderam os deputados da CDU que o dia da Greve Geral, dia de luta geral, não era apropriado para a reunião convocada pelo Sr. Presidente da Câmara. Entendeu o Sr. Presidente que, para o efeito, lhe bastava que a CDU remetesse algum contributo por escrito. Entendemos nós não aceitar esta via e estranhamos que o Sr. Presidente não tenha conseguido encontrar uma outra data, que não a da Greve Geral, para que a CDU pudesse ouvir as explicações e dar opinião para uma proposta de orçamento que anda a ser preparada já desde Agosto, segundo palavras do próprio Presidente da Câmara. Lembramos que ainda no anterior mandato o Estatuto da Oposição era até desconhecido da maioria autárquica que entendia talvez como perda de tempo, ouvir os contributos da oposição. A CDU teve então um papel determinante para que passasse a ser respeitado esse Estatuto, isto é, a Lei que a maioria desconhecia e/ou não respeitava. ----------

A CDU absteve na votação das propostas de Orçamento e Opções de Plano para 2011. O voto da CDU é um voto assumidamente político; não é um voto ***técnico*** *ou* ***contabilístico****. É um voto de distanciamento em relação à convergência estratégica entre PS e PSD, feita a partir de políticas que merecem, em vez de convergências para continuarem, rupturas para se alterarem.* ----------

A CDU, na Mealhada, distancia-se dos tangos de mau gosto entre PSD e PS, dançados ao nível do país e agora imitados ao nível do concelho. Parece que a necessidade de imitar os grandes move os pequenos na caricatura das suas atitudes: a compreensão face aos cortes e ao empobrecimento; as exibições de

grande sentido de responsabilidade que tanta falta têm feito quando é preciso ser firme contra políticas erradas, tão erradas que nos trouxeram ao ponto em que estamos; os gritos de alma sobre a falta de jeito do primeiro-ministro, a aparentar diferenças pouco reais, quando o problema está no tipo de políticas em que o PS e PSD concordam e que continuam disponíveis para prosseguir apesar dos seus resultados... ----------

As propostas hoje votadas nesta Assembleia não revelam qualquer golpe de génio, qualquer mudança significativa ou arrebatadora, qualquer novidade digna de relevo (talvez um euro para rubrica de um canil?). Talvez se trate apenas do Orçamento possível ao fim de décadas das políticas do PS e PSD, por vezes com o CDS a dar a sua ajuda. São essas políticas que mandam decisivamente no Orçamento e nas Opções de Plano para 2011; não são, por certo, as convergências locais entre vereadores do PS e do PSD. São décadas de políticas que, para além de conduzirem a uma diminuição de mais de 2 milhões de euros no Orçamento para 2011, vão trazer, também em 2011, ainda maiores dificuldades a quem vive e trabalha no concelho; são políticas que ameaçam despedaçar de vez o país. ----------

A situação que enfrentamos precisa é de ruptura com estas políticas e precisa de políticos que se levantem contra o rumo que estamos a seguir. Ponham os olhos nos mais de três milhões de trabalhadores que deram o exemplo no passado dia 24 de Novembro, na Greve Geral: contra toda a pressão que sobre eles é feita, disseram que não se conformam com inevitabilidades que não passam, afinal, de mentiras! ----------

O nosso voto, a abstenção da CDU, é um voto político. Distanciamo-nos, nada temos a ver com as convergências entre PS e PSD que se expressam, ao nível local, sintonias políticas que precipitam os portugueses e o nosso país num abismo cada vez mais próximo. ----------

A CDU Mealhada ----------

30.12.2010 ----------

7 – MAPA DE PESSOAL PARA 2011: - O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente Câmara. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Presidente da Câmara para esclarecer que o número de funcionários da rubrica da educação, relativamente ao pessoal técnico, está em duplicado. Clarificou que os contratos dos professores que estão nas AECs terminam a 15 de Setembro e acontece que, por portaria do Ministério da Educação, a Câmara tem que abrir os concursos em finais de Junho ou inicio de Julho. Assim, para que a Câmara não fique impedida de abrir os referidos concursos, uma vez que as vagas estarão ocupadas nessa data, foi obrigada a duplicar o número de funcionários previstos para poder abrir os concursos na altura prevista. Neste sentido, apenas metade dos lugares previstos nesta rubrica serão efectivamente ocupados. Referiu ainda que o restante mapa de pessoal espelha as necessidades de pessoal normal e no contexto das limitações existentes para a contratação de pessoal. ----------

- Interveio o Senhor Rui Marqueiro para referir que este mapa não foi tão bem feito como o documento da área financeira, pelo motivo de não ter totalizações. Ou seja, referiu que quem quiser entender este mapa vai ter que andar a fazer contas, o que era evitado se o mesmo fosse mais explícito. Considerou que este mapa é o reflexo da reorganização dos serviços que a Câmara foi obrigada a fazer nos termos da lei. E existem duas perspectivas de interpretação deste mapa entre quem conhece e quem não conhece a máquina

da Câmara. Quem não conhece a máquina da Câmara, somando tudo, pode achar um Mapa de Pessoal razoável. Quem conhece bem a Câmara pode prever algumas dificuldades deste Mapa de Pessoal, uma vez que poderá não corresponder às expectativas de alguns funcionários. Neste sentido, sabendo que estão previstas 17 sub-unidades orgânicas quando foram aprovadas 20 e sabendo que estão previstas 5 divisões quando haviam 6 divisões, haverá um chefe de divisão actual que deixará de o ser. Nesta medida, referiu que não compreende como é que um ex-chefe de divisão, a manter-se no quadro, vai aceitar ser chefe de sector. No entanto, existe também outra questão que tem a ver com as divisões, em que existe uma divisão que se encontra por ocupar, nomeadamente a Divisão de Administração e Conservação do Território, a qual tem três importantíssimos sectores afectos. Com o exposto, questionou se a Câmara Municipal tinha alguém interessado para preencher aquela vaga, o que acha difícil, tendo em conta que, na sua opinião, a pessoa eventualmente mais qualificada para ocupar tal vaga ganha mais actualmente no lugar de carreira que actualmente ocupa, do que como chefe de divisão. Quanto aos chefes de sector, referiu que já estaria à espera que isto fosse acontecer e que deve ter sido difícil ficar apenas pelos 12 chefes de sector, uma vez que provavelmente teriam havido mais pretensões para este cargo. Mencionou assim que não ficou agradado com a opção da Câmara Municipal, ao fazer o que fez no Mapa de Pessoal. No entanto, expôs que vai votar favoravelmente este documento, mas que o faria de forma diferente, mesmo mantendo a organização prevista. Referiu ainda que não viu nada sobre as duas equipas temporárias de projecto que foram aprovadas na Reorganização de Serviços, as quais poderiam ter sido usadas para ultrapassar algumas dificuldades. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou o Mapa de Pessoal para 2011 à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e quatro votos a favor e quatro abstenções. Não votou o Senhor Bruno Coimbra por se ter ausentado temporariamente. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

8 – DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NAS FREGUESIAS PARA 2011: - O Senhor Presidente da Mesa passou a palavra ao Senhor Presidente da Câmara. ----------

- O Senhor Presidente da Câmara referiu que esta delegação de competências nas freguesias é o resultado do que está já estipulado no Orçamento e Opções de Plano para 2011. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a Delegação de Competências nas Freguesias para 2011 à votação e o mesmo foi aprovado por maioria com vinte e cinco votos a favor e três abstenções. Não votou o Senhor Bruno Coimbra por se ter ausentado temporariamente. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produção de efeitos imediatos. ----------

- Tomou a palavra o Senhor António Neves para expor a sua admiração com os Senhor Presidentes de Junta por terem votado favoravelmente esta Delegação de Competências, tendo em conta os cortes existentes nas áreas abrangidas por este documento. ----------

9 – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS: - O Senhor Pedro Duarte solicitou um intervalo de 5 minutos para preparar a sua apresentação. O Senhor José Alves Rosa, Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça, ausentou-se permanentemente desta sessão da Assembleia Municipal, tendo

sido marcada a respectiva falta. De seguida, introduziu a referida apresentação lendo o texto que a seguir se transcreve: ----------

*"A palhaçada vai **recomeçar**! Não posso deixar de começar esta apresentação com o termo que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal José Miguel Felgueiras utilizou para justificar a interrupção da discussão relativa ao tema do Zonamento/IMI no nosso concelho que decorria entre a minha pessoa e o vereador José Calhoa.* ----------

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal justificou a atitude, alegando que o assunto já não daria em nada. E efectivamente não daria, nem deu em nada! Tudo porque não permitiu que a proposta fosse sujeita a votação na sessão de 30 de Setembro. Efectivamente o tema foi apresentado fora da Ordem de Trabalhos, mas foi apresentado no seguimento da aprovação das taxas de IMI para 2011. E é também importante recordar esta Assembleia que a primeira medida do Sr. Presidente da Assembleia Municipal tomou logo que tomou posse em Outubro passado, foi promover a mera eleição de um representante da Assembleia Municipal para um congresso da Associação Nacional de Municípios Portugueses, também fora da Ordem de Trabalhos. ----------

Apesar do assunto não ter sido sujeito a votação na anterior Assembleia Municipal, o mesmo foi colocado à apreciação na reunião de Câmara de 7 de Outubro, por iniciativa do vereador António Miguel Ferreira. ----------

Nessa reunião, a vereadora Arminda Martins afirmou que eu só teria utilizado partes da lei que mais me convieram no momento. Eu pedia à Vereadora que me informasse e aos demais presentes, que partes da lei é que eu não utilizei na apresentação, pois ficou patente nas suas palavras que eu teria omitido algum elemento relevante na apresentação que fiz para fundamentar a proposta final. ----------

Talvez fosse oportuno a Sra. Vereadora Arminda Martins apresentar ao Executivo e a esta Assembleia Municipal uma declaração de interesses nesta matéria, pois o Sr. Presidente da Câmara Municipal parece desconhecer o seu percurso profissional mais recente, especificamente quanto ao facto de ser perita de avaliação regional no distrito de Aveiro. Ou ainda quanto à sua integração na comissão que preparou a versão inicial do Zonamento em 2004, inclusivamente como Coordenadora Local, designada pela Direcção Geral dos Impostos. ----------

Peço-lhe ainda para testemunhar, a favor ou contra, a alegação feita pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal quanto à indesejada presença do vogal da Câmara Municipal na referida Comissão do Zonamento, onde terá estado presente. ----------

O Sr. Presidente da Câmara Municipal afirmou ainda na última Assembleia Municipal que o Executivo Camarário não tem a felicidade de ter conhecimentos técnicos nesta área, mas é inequívoco que os tem! Até como poucas Câmaras Municipais, pois conta na Vereação com uma Perita de Avaliação Regional e Co-responsável pelo Zonamento vigente no Concelho desde a sua criação em 2004. ----------

Quero deixar ainda um comentário final ao Vereador José Calhoa, pois a proposta que será novamente apresentada, a ser aprovada, será dirigida unicamente aos proprietários de imóveis avaliados nos termos do IMI e não aos proprietários de prédios não avaliados. ----------

Passemos agora a apresentação que serve de fundamentação à proposta de divulgação pública das alterações ao Zonamento e da possibilidade de os proprietários pedirem uma nova avaliação dos seus imóveis". ----------

Iniciou a apresentação sobre a Análise do Zonamento – Coeficientes de Localização para efeitos de IMI – alteração provocadas pela Portaria 1119/2009, de 30 de Setembro, no Concelho de Mealhada, a qual será publicada na página da Assembleia Municipal, no site da Câmara Municipal de Mealhada. Apresentou também uma proposta de recomendação ao Executivo Camarário, a qual a expôs e a seguir se transcreve: ----------

Pedro Nuno Figueiredo Duarte, na qualidade de deputado da Assembleia Municipal de Mealhada, eleito na qualidade de independente pelo PSD, requer a V.ª Ex.ª, nos termos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que coloque a submissão desta Assembleia Municipal a seguinte proposta: ----------

Recomenda-se ao Executivo Camarário que promova uma acção de divulgação aos proprietários de imóveis no concelho de Mealhada, que foram submetidos a avaliação fiscal até 2009-09-30 (data do pedido de avaliação), pela forma que entenda por conveniente, das alterações registadas no Zonamento, face a eventuais alterações no coeficiente de localização, com a indicação do ano a partir do qual poderão solicitar uma nova avaliação, nos termos da alínea a) do n.º 3 do artigo 130.º do Código do IMI, atendendo à limitação constante no n.º 4 do mesmo diploma legal. ----------

O Deputado Municipal, Pedro Nuno Figueiredo Duarte ----------

LEGISLAÇÃO APLICÁVEL
- CÓDIGO DO IMI –

Artigo 130.º Reclamação das matrizes

1- O sujeito passivo ou qualquer titular de um interesse directo, pessoal e legítimo, pode consultar ou obter documento comprovativo dos elementos constantes das inscrições matriciais no serviço de finanças da área da situação dos prédios.

3- Os sujeitos passivos referidos no n.º 1 podem, a todo o tempo, reclamar de qualquer incorrecção nas inscrições matriciais, nomeadamente com base nos seguintes fundamentos:

a) Valor Patrimonial Tributário considerado desactualizado;

4- O Valor Patrimonial Tributário resultante de avaliação directa só pode ser objecto de alteração com o fundamento previsto na alínea a) do n.º 3 por meio de avaliação decorridos três anos decorridos sobre a data de encerramento da matriz em que tenha sido inscrito o resultado daquela avaliação.

Artigo 94.º Encerramento das matrizes

O serviço anual de conservação das matrizes é encerrado em 31 d Dezembro.

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para questionar se esta medida não será uma faca de dois gumes, uma vez que beneficiará quem tenha construído casa recentemente, mas que prejudicará pessoas como o próprio, que construiu casa há dez anos e acabará por pagar mais com o aumento do valor patrimonial. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Rui Marqueiro para referir que este imposto é um imposto nacional, não municipal, que é gerido, liquidado e cobrado pela

Administração Fiscal, cuja receita reverte a favor do Município. Referiu também que não é a Assembleia Municipal quem escolhe as taxas a cobrar. Determina sim, uma taxa que se encontra dentro de um limite mínimo e limite máximo fixados pela Administração Fiscal. Mencionou que o Senhor Pedro Duarte está preocupado com a justiça fiscal. No entanto, referiu que a justiça fiscal não se consegue no IMI, pois ele é uma gota no oceano, mas existem outros impostos muito mais importantes, nomeadamente o IRS que tem uma maior incidência no rendimento disponível familiar. Neste sentido, referiu que não se importa de pagar IMI, sabendo que esse valor vai ser aplicado no seu concelho e ainda tem a faculdade de ter opinião. No entanto, o que custa é pagar o IRS e solicitou encarecidamente esclarecimentos sobre como "fugir" legalmente ao pagamento deste imposto. Lembrou também que o Senhor Pedro Duarte pode saber muito de impostos, mas não sabe muito sobre a lei das autarquias, pois se soubesse não faria esta proposta. Acontece que a Assembleia Municipal não tem poder de iniciativa, pois todos os poderes da Assembleia Municipal são sob proposta da Câmara Municipal. Assim esta proposta deverá ser submetida como proposta de recomendação, pois caso contrário ela é ilegal. ---
- Interveio o Senhor Pedro Duarte para esclarecer que na apresentação da última sessão desta Assembleia, expôs que apresentou alguns diapositivos sobre prédios não avaliados, sobre qual o impacto que os novos coeficientes de localização do zonamento teriam nos prédios não avaliados nos termos do IMI. Referiu ainda que os prédios não avaliados nos termos do IMI, em 2003, foram actualizados administrativamente em função do seu ano de inscrição na matriz predial. Referiu também que, mediante essa actualização administrativa, foi dada a oportunidade às pessoas de poder pedir uma nova avaliação e, mediante simulação da avaliação, verificar que o valor patrimonial dos seus imóveis iria aumentar na grande maioria dos casos. Acontece que, mesmo com a subida do novo valor patrimonial e atendendo ao diferencial de taxas para os prédios avaliados e não avaliados, muitas pessoas poderiam efectivamente vir a pagar menos de IMI. Referiu também que o proprietário de um prédio não avaliado nos termos do IMI, caso queira vender o referido imóvel e não tenha comprovativos dos gastos com a sua construção, pode ficar mais prejudicado em termos de Mais-Valias de IRS do que se tivesse o prédio avaliado nos termos do IMI e pagasse um pouco mais de IMI. Assim, sublinhou que quem tenha prédios não avaliados nos termos do IMI, apenas tem que fazer uma simulação e verificar o que mais lhe convém, mediante a taxa que for aprovada nesta Assembleia, sob proposta da Câmara Municipal. Foi neste sentido que, em 2009, sugeriu o adiamento da votação das taxas para o próximo mandato, precisamente por uma questão de responsabilização para com este tipo de pessoas, uma vez que hoje pode-se estar a dar esta informação para beneficiar muitas pessoas, e no ano seguinte aumentam-se as taxas para as penalizar, o que apelidou de "terrorismo fiscal". De seguida, disponibilizou-se para, a título particular, prestar todos e quaisquer esclarecimentos sobre esta questão. Respondendo às questões do Senhor Rui Marqueiro, aceitou o reparo que foi feito, uma vez que este imposto reverte a favor deste município, o qual tem por base avaliações antigas onde havia parte interveniente da Câmara Municipal e novas avaliações onde a Câmara Municipal também tem peso na designação de órgãos para o efeito, não havendo quaisquer desobrigações por parte do município neste tipo de imposto. Sublinhou também que este imposto é o imposto que mais gera receita neste município, ao nível dos impostos. Referiu

ainda que efectivamente existem impostos com outra expressividade económica, que não este. Assim sendo, coloca-se a questão se se concorda ou não com o IMI, sobre o qual é nesta Assembleia que nos temos que pronunciar. Quanto ao IRS, referiu que apenas nos podemos pronunciar quanto a 5% da receita que o município tem a receber, percentagem sobre a qual não viu o Senhor Rui Marqueiro abdicar para esse efeito, enquanto outros vereadores defenderam uma dedução maior. Neste sentido, mencionou que cada um pode ter a sua opinião quanto a estes impostos. No entanto e no seio das responsabilidades de competências que cada um dos membros desta Assembleia tem, achou desapropriado trazer esses impostos à colação desta matéria. Quanto às restantes matérias fiscais e no que concerne ao cumprimento das suas competências definidas no Regimento e nos termos legais, referiu que cá estará para, a tempo oportuno, sugerir ou aguardar as sugestões do executivo ou do Senhor Rui Marqueiro, de como beneficiar as pessoas do nosso Concelho. ----------

- O Senhor Presidente da Mesa colocou a proposta de recomendação apresentada pelo Senhor Pedro Duarte à votação e a mesma foi aprovada por maioria com treze votos a favor, cinco votos contra e dez abstenções. ----------

- Tomou a palavra o Senhor Guilherme Duarte para apresentar a sua declaração de voto contra, referindo que ficou satisfeito com a explicação do Senhor Pedro Duarte. No entanto e à semelhança do seu caso particular, está convicto de que a maioria das pessoas se encontra na mesma situação que a sua e que irá sair prejudicada com esta medida, sobre a qual não quer ficar refém. ----------

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que vai ser assinada por mim, Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Rodrigo Manuel Ribeiro Baptista da Cruz, Assistente Técnico, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no n.º 2 do art.º 92.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro. ----------